



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE e COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: PAULO FRANGE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 16/07/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Qualidade de som incompatível com a transcrição

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Declaro abertos os trabalhos da audiência pública do PL 447/2021, do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes, que dispõe sobre o Programa Requalifica Centro, estabelecendo incentivos e o regime específico para a requalificação de edificações situadas na Área Central, e dá outras providências.

A sugestão que nós temos é de dar ritmo ao trabalho da mesma forma que foi na sessão anterior, ouvindo os Srs. Secretários, em seguida, os Srs. Vereadores.

Estão presentes os Srs. Hugo Koga, Secretário Adjunto Municipal de Mobilidade e Transportes, representando o Secretário Júlio; Alexandre de Almeida Youssef, Secretário Municipal de Cultura; Alcides Fagotti Junior, Secretário Adjunto Municipal de Habitação; Luis Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda em exercício; Marcos Thulyo Torreão Tavares, Auditor Fiscal do TCM; Juan Quirós, Secretário Municipal de Inovação e Tecnologia.

Indago se há algum representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento? (Pausa) *Ok*, assim que o Secretário entrar, vamos passar a palavra para que ele faça uma explanação bem sucinta do tema, para que possamos dar início às questões.

O SR. JAIR TATTO – Começaremos pelo Licenciamento, Sr. Presidente? Comissão de mérito, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sim. Estamos esperando o Secretário entrar.

Registro a presença dos Srs. André Santos, Aurélio Nomura, Delegado Palumbo, Dr. Sidney Cruz, Edir Sales, Ely Teruel, Fabio Riva, Felipe Becari, George Hato, Isac Felix, Jair Tatto, Janaína Lima, Juliana Cardoso, Marcelo Messias, Milton Ferreira, Rodrigo Goulart e Silvia da Bancada Feminista.

O Secretário Alexandre Youssef está me ouvindo? Aproveitando a sua presença, enquanto o Secretário Cesar não entra, vamos adiantar a nossa reunião falando desse assunto do Programa Requalifica, que uma enorme intimidade com a Secretaria da Cultura, uma vez que essa área tem um número muito grande de móveis tombados e imóveis passivos, ainda de ter tombados, e nós temos que tratar esse assunto com celeridade, senão esse programa está

fadado a não produzir resultados, uma vez que é bastante demorada a tramitação dentro do compresso de cada caso, o que levaria a uma situação muito delicada, em termos de tempo e resultados.

Assim que a gente terminar a fala do Secretário Cesar, que já está presente, eu gostaria que V.Exa. pudesse nos dar uma linha, uma visão, que a Secretaria de Cultura tem sobre o tema.

O SR. ALEXANDRE DE ALMEIDA YOUSSEF - Eu acho importante esse assunto ser abordado; mas seria fundamental, até por respeito ao Conpresp, especialmente no que diz respeito a essas questões relativas ao Conselho, que o Secretário João Cury, que é o Presidente do Conpresp, conduza essas questões, pois ele poderá falar com mais propriedade sobre isso; até porque o Secretário de Cultura não interfere diretamente nas decisões do Conpresp.

De qualquer forma, estou à disposição para falar sobre isso, do ponto de vista cultural, obviamente, mas seria muito mais efetivo para a nossa didática se tivesse um representante do Conpresp nessa conversa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok. Vou passar a palavra ao Secretário Cesar. E, em seguida, se o Secretário João Cury estiver disponível, passaremos a palavra a ele, porque esse é o assunto que mais tem sido questionado diante das dificuldades que nós temos. Muito obrigado.

Tem a palavra o Secretário Cesar Angel Boffa de Azevedo para fazer uma explanação rápida sobre o tema, já que nós conhecemos o texto e os Vereadores estão bastante cientes do que se trata; apenas para darmos início aos nossos trabalhos e fazermos as perguntas aos Secretários.

O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO – Bom dia, Presidente Paulo Frange, na pessoa da qual cumprimento todas as Vereadoras e Vereadores presentes. Quero cumprimentar também meus colegas Secretários, os técnicos presentes do Executivo e do

Legislativo; e todos os amigos e amigas que estão acompanhando de maneira contributiva e muito valorosa todas as audiências públicas e as construções da política urbana da Cidade, o que tem sido muito gratificante, e quem ganha com toda essa participação e essa construção em conjunto é a Cidade.

Como o Presidente bem colocou, o *Retrofit* é um projeto amplamente discutido há algumas décadas e o Executivo tem tentado fazer intervenções, sobretudo na região central, para requalificação do Centro; e agora nós temos mais um projeto de requalificação do Centro que passa por algumas ações, dentre elas uma das mais importantes, a requalificação desses prédios antigos.

Nós fizemos uma linha de corte, com base no Código de Obras de 1992, com a ideia de conseguir fazer a requalificação desses prédios, fazendo cumprir a ação social reformando esses prédios, e nomeamos esse pacote como Retrofit.

O programa tem duas etapas. A primeira delas, Presidente, é justamente caminharmos com esses incentivos tributários e fiscais que estamos discutindo no projeto de lei com a Secretaria da Fazenda, representada pelo Secretário Guilherme, que nos apoiou na construção deste projeto de lei.

Esperamos, com esses incentivos através do projeto de lei, conseguir estimular e criar um ambiente favorável não só ao *retrofit*, mas também à mudança do uso dos prédios: de comerciais, de não residências, para residencial; sobretudo, somando e estimulando o adensamento habitacional no centro de São Paulo, que é uma região bem servida de infraestrutura, de transporte público e que teve seu agenciamento diminuído ao longo dos anos; inverter e trazer pessoas para morar aqui.

Com essas ações somadas às políticas habitacionais desenvolvidas pela Secretaria de Habitação, com o Retrofit em construção e em vigência na cidade de São Paulo, conseguimos estimular as moradias populares na área central; também conseguimos casar a produção e a informação para as comunidades residenciais para o uso de moradia popular.

Um braço do programa de *retrofit* é essa parte legislativa, e já fazemos um aceno

dentro da lei, que necessário é ao processo de análise desses projetos simplificados e rápidos. E vem a outra parte do projeto de *retrofit*, que tem que ser feito via decreto, que é a parte procedimental, a medida de democratizar o processo de aprovação; é agilizar o processo de aprovação criando uma esteira rápida de análise e uma porta exclusiva de análise dos projetos de *retrofit* na Cidade.

Com isso, conseguimos destacá-lo dos procedimentos comuns e analisar com uma certa prioridade; porque, hoje, como é uma única porta de entrada dos projetos a serem analisadas pela Secretaria Municipal de Licenciamento, não se consegue distinguir *retrofit* de uma reforma normal. Então, além de dar os estímulos para a produção de *retrofit*, conseguimos depois, por decreto, uma análise simplificada, de forma rápida, dessas análises.

Como eu falei, o *retrofit* faz parte de um grande plano de recuperação do Centro. É um senso comum a necessidade de requalificar o Centro através de ações como essa. Já tivemos a reforma do Anhangabaú; em curso, a reforma de requalificação do calçamento do Centro Novo, Centro Velho, que está sendo coordenada de maneira muito brilhante pelo Secretário Marcos Monteiro, da Siurb; o Minhocão, que estamos abrindo aos finais de semana para o mobiliário; a concessão do Edifício Martinelli, enfim, uma série de ações que são trabalhadas de maneiras pontuais, mais separadas, como se fossem uma espécie de processo de acupuntura para devolver o centro de São Paulo para a sociedade, transformando-o em um centro acolhedor, um centro seguro, um centro habitável e atrativo para que as pessoas venham morar e participar desse Novo Centro de São Paulo.

A pandemia nos traz ainda mais esse senso de urgência, porque pioraram alguns problemas, deixando ainda mais latente nas nossas veias para fazermos com que essa requalificação aconteça com essa produção de moradia, de habitação, no Centro.

Por fim, falamos das ações legislativas, falamos da procedimental feita por decreto e dessa transformação do *retrofit*, que é uma parceria que temos que trazer através de editais, dos movimentos de moradia, das associações, de todos aqueles que querem transformar o centro de São Paulo em um lugar repleto de habitação e de densidade demográfica.

Voltando a falar da proposta inicial não só do *retrofit* como também da revisão do Plano Diretor, conseguimos adensar a região central, trazendo as pessoas para morar, porque sabemos que a expectativa de quem mora na periferia de São Paulo é de onze anos a menos do que aqueles que moram na região central, na região com melhor infraestrutura.

Quem mora na periferia de São Paulo leva um terço da sua vida se deslocando para trabalhar, gasta 25% do salário com transporte público.

Pensando em ajudar quem mais precisa, o mais vulnerável, é que nós estamos propondo essas ações de requalificação do Centro, do retrofit. O projeto de lei geral vocês já têm conhecimento, são as isenções todas – não vou me estender muito, porque vai ter a apresentação da Larissa que vai explicar melhor.

Eu só quis passar para vocês a necessidade de avançarmos com essa pauta que é muito importante para a cidade de São Paulo. Nós temos de aproveitar que há uma convergência do centro de urgência que precisam ser atacados alguns dos problemas da Cidade.

Agradeço, Presidente, devolvo a palavra. Desculpe se me alonguei um pouco. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Secretário. Presentes as Vereadoras Silvia da Bancada Feminista e Ely Teruel.

Secretária, vou deixar duas perguntas, passar para os próximos, para que ao final V.Sa. possa fazer as respostas. São perguntas pertinentes, dirigidas, bem claras e objetivas.

Artigo 7º, parágrafo 3º, com relação às áreas construídas no que tange edifícios requalificados serão considerados não computáveis quando destinados a uso habitacional institucional, constante no quadro 5, da Lei 16.050/14, ou extração de equipamento de educação de saúde, cultura, promoção pública ou privada, independentemente dos parâmetros de ocupação.

Nós concordamos, é interessantíssimo, só que o caso a educação na área privada a sugestão que temos de texto, gostaria que V.Sa. apreciasse, é que não fosse considerado

quadro, porque aí ele não paga nada. Ele entra como público.

Então a gente colocaria para o privado o fator social; para as entidades não lucrativas, seria 0,3; para as privadas absolutas, seria 0,7. No caso da privada, ela usaria o fator social. Se a gente usar exclusivamente o quadro, não tem no quadro e ela entra como zero, porque está no quadro na área pública.

Só para que a gente possa passar para a próxima pergunta, deixar para responder ao final.

A outra é: com relação aos consórcios imobiliários. Está claro que no parágrafo 2, do artigo 16, priorizar os imóveis elegíveis para requalificação nos termos desta lei que, concomitantemente, foram notificados, o PEUC.

Primeiro, tem imóvel nesta condição, nesta região? Se tem, quantos imóveis existem, como vai ser tratada essa relação? Vamos trocar o imóvel de um proprietário por unidades habitacionais? Como seria feita essa transação? Isso ainda não foi compreendido por que nós nunca lidamos com essa figura do consórcio imobiliário aqui.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Isso. Essa pergunta vale não só para a Secretaria, como para o Secretário Aleksandro Peixe, da Habitação, o Júnior Fagotti, que está presente. Em seguida vamos passar a palavra também para a Cohab, mas eu deixaria para V.Sa. ou para o Júnior, para que nos ajudasse no entendimento desse consórcio.

Com a palavra o Diretor Presidente da Cohab, o Sr. Aleksandro Peixe Campos.

O SR. ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS – Bom dia a todos,

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Bom dia Alex. (Pausa) Alex, você quer falar ou eu ouço só a Secretaria?

O SR. ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS – Bom dia. Se o Secretário Júnior estiver aí, passe a palavra primeiro para ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok. Vamos passar a palavra ao Secretário Adjunto da Habitação Alcides Fagotti Junior.

Secretário, é uma responsabilidade muito grande esse projeto, uma vez que o apelo maior dele é trazer habitação para esta região, portanto, tem a palavra.

O SR. ALCIDES FAGOTTI JUNIOR– Obrigado, Presidente Paulo Frange. Bom dia, aos Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, aos presentes, meus colegas Secretários e colegas técnicos. (Falha na transmissão)

Presidente, hoje concordando com o que o Secretário Cesar disse, nós temos uma série de ações para essa...

O SR. FABIO RIVA - Secretário Júnior, se você puder, tire o vídeo e fique só com o áudio, porque está muito ruim a sua internet. Por favor, acho que pode ajudar.

O SR. ALCIDES FAGOTTI JUNIOR – Está melhor agora?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Melhorou. O nosso técnico de som, o Vereador Fabio Riva, já resolveu o problema. Obrigado, Júnior, vamos ficar só com o áudio.

O SR. ALCIDES FAGOTTI JUNIOR – Obrigado.

Retomando, como disse o Secretário Cesar, a gente tem uma série de ações conjuntas que acabam se voltando para desenvolver essa proposta de requalificação do Centro, de reorganização, de adensamento populacional, fazer moradia para o Centro.

Hoje, nós temos em tramitação na Câmara o Projeto de Lei do Programa Pode Entrar. O Programa tem algumas previsões que se somam (Falha na transmissão) área de retrofit, por exemplo, a de locação social, que a gente prevê que a Secretaria de Habitação pode fazer o retrofit em prédios notificados por descumprimento da condição social da propriedade. A Secretaria da Habitação faz o retrofit e depois desconta no aluguel que a gente teria de pagar para o proprietário.

Hoje, na área que trata o PL 447, nós temos 163 lotes em edificações já previstas como ZEIS 3 e ZEIS 5, ou seja, imóveis que vão poder com os benefícios previstos no PL 447 se transformar em habitação de interesse social para atender o público que são os beneficiários da política pública da Secretaria da Habitação.

Presidente, mas isso eu acho que o Secretário Cesar pode complementar a

pergunta que (Falha na transmissão) fez com relação ao outro artigo.

Se tiver mais alguma dúvida estou à disposição também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vou passar a palavra para o Vereador Fabio Riva. Só para confirmar o número.

O SR. FABIO RIVA - Secretário Júnior, só queria confirmar o número. V.Sa. falou em 122 prédios que estão dentro de ZEIS 3 e ZEIS 5.

O SR. ALCIDES FAGOTTI JUNIOR – Cento e vinte e duas edificações em 163 lotes. O lote pode, eventualmente, ter a edificação também, não ser só o lote. Isso dentro do perímetro Sé-República, dentro do Distrito Sé-República.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Esses são ZEIS 3 e ZEIS 5, não são os que têm PEUC. É isso?

O SR. ALCIDES FAGOTTI JUNIOR – Isso, isso. É que ZEIS 3 e ZEIS 5 obrigatoriamente vão ter edificações de interesse social, eles serão beneficiados com as isenções que estão previstas aí na (Falha na transmissão), isenções que estão previstas no PL 447, ou seja, a gente está beneficiando com essas isenções o retrofit dessas edificações que vão virar habitações de interesse social, ou seja, valoriza (Falha na transmissão).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ótimo. Secretário Júnior, muito obrigado.

Vou passar a palavra ao Dr. Hugo Koga, representando a Secretaria Municipal de Transportes. Dr. Hugo está presente?

O SR. HUGO KOGA - Olá, bom dia. Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Hugo, já que você vai falar, vou deixar aqui uma dúvida que é da Câmara. Nós aprovamos uma lei de uso de São Paulo 35 edifícios-garagem, nenhum deles estão contemplados nessa região. Já que você está no Transporte, mesmo com todo incentivo que nós demos tem edifício-garagem sendo produzido na cidade de São Paulo?

A segunda pergunta, para essa área do Centro especificamente, como é que nós

vamos tratar o polo gerador, uma vez que não tenha edifício-garagem, nós vamos ter de ter o edifício, provavelmente, garagem, sem incentivo.

Então vou passar a palavra para que possa nos esclarecer e se puder responder essa pergunta, aliás, é uma pergunta da própria comissão.

O SR. HUGO KOGA - Bom dia, Sr. Presidente, demais Vereadores, Deputados, colegas. Inicialmente quanto à aprovação desse PL da requalificação dos imóveis é muito importante para nossa Cidade e todo o perímetro central.

Quanto às duas questões, Presidente, que foram encaminhadas, para dar dados mais precisos e técnicos, eu gostaria de estar consultando o pessoal dos departamentos e estar enviando à comissão todos esses pontos.

Confesso que aqui, no momento, e na cabeça, não tenho todos os dados e também não gostaria de repassar nenhuma informação incompleta, ou dado duvidoso aí para os senhores.

- Gravação interrompida. Transcrição prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Secretário, não conseguimos ouvir seu final.

Por orientação aqui da equipe técnica, teremos de desligar o vídeo para que possamos ouvi-lo. (Pausa) Melhorou.

O SR. HUGO KOGA A conexão está complicada mesmo. Vocês me ouviram em partes, ou conseguiram ouvir desde o início?

O SR. JAIR TATTO – Ele já terminou, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – O som está bom. Pode falar.

O SR. HUGO KOGA - Quanto aos dois questionamentos que a Casa tem dúvida, eu havia dito que eu gostaria de estar consultando a equipe técnica, dos departamentos, para estar passando os dados completos, todas as informações, e no caso de algum dado equivocado, esclarecer com eles. Ainda está travando a internet.

Se me ouvirem já concluí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Deu para ouvir, Secretário. Tudo bem. Acho que não há mais Secretários para serem ouvidos. Pergunto se o Presidente do Conpresp está presente. Está? (Pausa) Não entrou no *link*.

Vou passar, então, ao mais importante agora, pois já conhecemos o projeto, e que são, então as perguntas.

Indago aos Srs. Vereadores se querem se inscrever para fazer perguntas ao Secretário.

O SR. FABIO RIVA – Presidente, pela ordem. Fabio Riva. Eu vou desistir das perguntas. Estou contemplado.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Pela ordem, Presidente, eu também vou desistir das perguntas.

O SR. RODRIGO GOULART – Por livre e espontânea vontade vou desistir também.

Só queria refazer uma lembrança, Presidente, não vou conseguir permanecer, só para fazer uma referência ao artigo 7º, como o senhor disse, nós temos uma recente lembrança, sobre o PPI, quando elaboramos uma emenda supressiva de cinco artigos que tratavam, vamos dizer assim, estímulos, a uma certa categoria de negócios na Cidade. Então trouxe essa lembrança que gostaria de deixar aqui para que os membros dessa comissão, e dessa audiência pública também pensassem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Ok. Vereador Goulart.

Mais algum Vereador gostaria de fazer seus questionamentos? (Pausa)

O SR. AURÉLIO NOMURA – Vereador Nomura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereador Ely Teruel? Vereadora Silvia?

A SRA SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Bom dia a todos. Quero aqui mais vez cumprimentar meu querido amigo Paulo Frange que, mais uma vez, conduz com maestria mais essa audiência pública. Cumprimento o Secretário Cesar. Eu declino de fazer a pergunta, pois me sinto contemplada pelo pronunciamento do Secretário.

Nós, inclusive, já avançamos bastante no tema em primeira votação. Portanto, vejo que o nível das audiências tem crescido cada vez mais e a Secretaria já, na sua própria apresentação inicial, conseguiu resolver eventuais dúvidas que poderiam surgir.

Eu agradeço ao Vereador Paulo Frange pela oportunidade de falar. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigada Vereadora. Lembro que essa audiência é conjunta com a Comissão de Finanças. Vereador Jair Tatto.

O SR. JAIR TATTO – Sim, Presidente, rapidamente, porque em Habitação foi colocado 122 ou 162 lotes, sejam edificadas ou não, se há uma previsão do número de moradias que podem ser consagradas aí no projeto. É só essa minha indagação: se tem detalhamento mais aprimorado sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok, vamos passar essa indagação, antes, Vereador Aurélio Nomura, V.Exa. tem alguma pergunta?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Tenho, Presidente. Uma pergunta. O que vemos é que a grande dificuldade de se fazer retrofit, ou alguma coisa no Centro da Cidade, diz respeito a essa questão do Conpresp e Condephaat.

Eu gostaria de saber qual é o processo para que possamos ganhar agilidade, pois a grande dificuldade que temos é que qualquer intervenção que vá se fazer no Centro, e que esteja na área envoltória, ou mesmo próximo a uma área com o tombamento, ou o imóvel já está tombado não é possível mexer, há uma demora de alguns anos na solicitação. Essa é a pergunta que gostaria de fazer: qual atalho vamos conseguir? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok. Vamos deixar para o final, então.

Vereadora Silvia? Alguma pergunta? (Pausa) Não. Não tem.

Indago novamente se há mais Vereadores inscritos para algum questionamento? (Pausa) Ok, em não havendo, passo a palavra ao Secretário Cesar Azevedo para que possa responder as perguntas. Há ainda uma pergunta para a Habitação, que passaremos em seguida. Tem V.Exa. a palavra Secretário Cesar.

O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO – Obrigado, Sr. Presidente. Quero agradecer aqui todas as colocações das Vereadoras e Vereadores. Quero dizer que todas as contribuições têm sido recebidas e temos sistematizado tudo para, na medida do possível, consigamos aperfeiçoar as nossas propostas, sobretudo agora, sobre o Retrofit.

Anotei aqui atentamente e o que Vereador Aurélio Nomura colocou é uma preocupação não só de V.Exa., do Presidente, o qual também falou da necessidade de termos esse entendimento com a parte do Patrimônio Histórico, que, claro, é uma preocupação nossa também, sobretudo nós, os técnicos de licenciamento para conseguirmos dar celeridade na hora desses projetos, precisamos que haja uma sinergia em torno dessa mobilização e, assim, consigamos analisar com certa rapidez.

Para isso, muito embora, o Presidente do Conpresp não esteja aqui e o Secretário Youssef colocou muito bem que essa pauta precisa ser mais construída, com propriedade, junto ao Presidente do Conpresp, o Secretário João Cury, que tem sido um parceiraço e apoiador do nosso projeto.

No sábado passado, por exemplo, em nossa audiência pública, ele participou – salvo engano – e ele tem participado sempre. E, da mesma maneira, que vamos imprimir uma celeridade aqui, o pessoal do Conpresp também vai trabalhar com a mesma celeridade, e com o mesmo ritmo avançado. Para isso que nós vamos avante e o Prefeito, na medida que essa lei seja aprovada e sancionada, publicamos um decreto imprimindo um rito especial para análise desses projetos, todos de retrofit. Esse rito vai estipular prazo para todos os atores, que fazem parte desse processo de licenciamento, para que possam se manifestar, assim como é feito no Aprova Rápido.

Vereador Aurélio Nomura, então, como vai ser? Por exemplo, vai ser feito um retrofit da região do Centro. A pessoa compra um prédio, passa por toda aquela das isenções, agora vai ser apresentado o projeto do *retrofit*.

À medida em que ingressa, eu mando para um lugar, volta, vai para outro, mas eu já vou pegar e disparar para todos os atores que tenham interface com esse empreendimento,

com essa reforma, com essa requalificação, esse *retrofit* e os órgãos da Prefeitura vão ter de responder um prazo de 30 dias para que consigamos avançar.

Considerando que não vai haver, na sua grande maioria, mudança de zoneamento, não vai haver mudança radical na estrutura do prédio, até porque estipulamos, na lei, que, para fazer parte de todas essas isenções vai poder demolir e construir só 20% do prédio, justamente para não perderem a característica de retrofit, e não passarmos para uma reforma ou para uma construção nova.

Então conseguimos, desse jeito, avançar e já há uma sinergia com o Conpresp para que isso aconteça.

Então a preocupação dos senhores é a mesma que a nossa. E vamos conseguir imprimir esse ritmo. Tenho muita convicção e esperança que vamos conseguir ter esse Retrofit sendo avaliado aí, em 60 ou 90 dias, no máximo. Isso vai ser um ganho para a Cidade, sobretudo, como está no próprio PL que, aliás, os Vereadores estão discutindo e vamos passar aí, se conseguirmos, em votação hoje.

Já há previsão também de quando não houver aumento de área, mudança na volumetria, ou no caso dos prédios tombados não houver mudança na fachada, ele vai ser tratado como declaratório, então, aquele que desejar reformar ou “retrofitar” o prédio vai apresentar as informações e nós vamos confiar que os protocolos feitos pelo responsável técnico pelo retrofit são verdadeiros e vamos fiscalizar esses projetos.

Claro que, à medida que encontrarmos qualquer tipo de falsidade, mentira, tentativa de burlar o regramento e as posturas municipais, nós já temos um convênio com o CREA e estamos avançando com o CAU também e, portanto, ao encontrar qualquer irregularidade, nós oficiamos esses conselhos de classe para que esses técnicos sejam penalizados. Daí para a frente passam por advertência, suspensão e até cassação do registro deles.

É uma mudança de cultura da Prefeitura de São Paulo, coisa que os Vereadores apoiaram muito. Lembro-me muito bem, enquanto eu estava com o Secretário de Licenciamento, que é justamente fazer com o Executivo, o Poder Público, pare de ser

paternalista e ter de rever tudo o que o setor privado faz. Nós temos de fiscalizar o que o setor privado faz, e não refazer o trabalho deles. Afinal, quando nós refazemos o trabalho do setor privado, gera morosidade, gera 'n' comunique-se, e o tal vai e volta, processos ficam parados até dois anos.

Quando nós assumimos, aqui, o Licenciamento, Vereador Aurélio Nomura, havia mais de 20 mil processos em estoque. Isso é inaceitável: ter mais de 20 mil processos parados. Porque se o processo está parado há mais de um ano, ou ele iria ter condição de ser aprovado ou não há interesse do dono do projeto na sua continuidade. Então você indefere o projeto, mata o projeto – digamos assim – e limpa a pauta da Secretaria.

Então a ideia de ter parte dos projetos simplificados declaratórias, vai imprimir uma celeridade maior no todo, e vamos ganhar, e já começamos a mudar a cultura da Secretaria, aliás, já trabalhando com parte dos seus projetos na modalidade declaratória, do que a gente perdendo um tempo absurdo na análise desses projetos, em pareceria com a SMIT, o Secretário Juan está aqui e tem nos ajudado muito no que tange aos sistemas que estamos implementando. Isso possibilita o sistema parametrizado de ler as informações que o empreendedor está colocando e nós conseguimos fazer essa análise.

E vejam; não é um auto declaratório, ele é declaratório na medida em que tem um sistema que lê as informações que estão sendo inseridas e isso traz uma inteligência, uma celeridade muito grande na análise dos projetos.

Sobre o questionamento do Vereador e Presidente dessa comissão, a quem parabeno pela condução de mais essa audiência pública, Paulo Frange, V.Exa. tem sido o professor nas últimas semanas, tenho acompanhado quase todas as audiências que tem presidido de forma brilhante, a aplicação do incentivo ao uso institucional no que pese a Educação, mas o público-privado aos incentivos, é sobre a cobrança de Outorga Onerosa, como estamos estabelecendo alguns critérios a esse PL, o fator social a que V.Exa. se referiu ele não vai incorrer por conta das punições que já existem na mudança de área. E como não vai poder ter a extrapolação do CA não vai incorrer em cobrança de outorga.

Agora, podemos discutir com o Arellano se, na questão dos outros incentivos tributários, que a gente incluiu também a parte da Educação Privada no IPTU, ISS, ITBI, há a possibilidade de fazer uma diferenciação ali, para, de repente, não se abarcarem todos esses incentivos. Não me oponho. Não vejo grandes problemas nisso, mas, em vez de trabalharmos no Quadro 5, teríamos de trabalhar nos outros incentivos fiscais, embora o intuito da Secretaria seja trazer justamente escolas e universidades para essa região central, para que haja a ocupação, trazendo vida para essa região, sobretudo no período noturno. Aí, não estamos incentivando um segmento só. Quando colocamos “institucional”, a própria legislação já diz o que são usos institucionais, mas podemos discutir isso e eu vou pedir uma ajuda para o Arellano, se é possível fazer essa distinção, mas só mudando os incentivos.

Sobre o consórcio imobiliário, Vereador Paulo Frange, que o senhor citou, como temos visto isso? Por que é que nós abrimos a possibilidade do consórcio imobiliário? Com essa possibilidade na lei, a Secretaria vai poder publicar um edital no qual vamos tratar do consórcio imobiliário. Aí, a ideia é estimularmos a produção de habitação popular, seja HIS, seja HMP. É poder incentivar, também, a produção de mais serviços e usos institucionais na região central, para que consigamos, também, acelerar esses processos de desapropriação, esses processos de permuta, de acordo entre uso privado, para que consigamos acelerar isso.

A nossa ideia é: esses incentivos todos de que estamos tratando na lei, esses incentivos tributários, ficam só para os usos residenciais. Agora, nesse eventual consórcio imobiliário, poderemos publicar editais em que consigamos fazer mais uma ação estimulando o *retrofit* e a ocupação do Centro, dando uso, eventualmente, até dos que estão subutilizados na região central, sobretudo, fomentando habitação popular. Aí, como o Secretário Junior Fagotti disse muito bem, sendo somadas as iniciativas da Secretaria de Habitação, conseguimos estimular a produção de moradia popular.

Então, eu acho que sobre o que foi dito é isso. Só volto a dizer que o que foi dito sobre o artigo 7º, no § 3º, da alíquota, podemos pensar, ainda, a redação do artigo, para ficar mais claro e seguro para todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok, Secretário Cesar. Obrigado. Só lembro, Secretário, que há nessa região muitos imóveis de pé direito muito alto. Essa é uma situação que nós encontramos em São Paulo, curiosamente, nessas áreas antigas. Um lugar com pé direito de 10 metros – galpões dessa altura – naturalmente pode ser transformado em três andares e virar uma escola de três andares. Para nós, não há nenhum problema. Ele não aumentou o CA. Ele não aumentou o Coeficiente de Aproveitamento e ainda usamos um prédio.

Nós temos, por exemplo, uma situação que aconteceu em São Paulo. Foi denunciado como uma irregularidade e não era. Era um galpão de uma indústria, que o proprietário transformou em dois andares – garagem, embaixo; motel, em cima. Está absolutamente legal. Recebeu alvará. Está tudo certinho. Não aumentou CA. Não aumentou nada. Mudou só o uso.

Aqui, também, deve acontecer muito disso. Ou seja, em muitos desses imóveis, não aumentará o CA. Requalifica-se a fachada. Ele não é tombado e transforma-se. Para nós, é bom. Nós não somos contrários. Eu concordo. Eu acho muito legal.

Agora, quando aumenta o CA, já que é permitido aumentar o CA, é que nós colocamos isso, porque, no quadro, ele diz que a outorga teria o fator social zero só para público e, no caso de atividade privada, seria 0,3, não filantrópica, e, privada, 0,7. Acho que privada nem existe mais. Todas viraram filantrópicas. Então, vai para 0,3. O desejo da Comissão é que houvesse o destaque da palavra “privada”, colocando-se que, no caso de privada, seria utilizado apenas o fator social. Indago a V.Exa. se isso prejudica a visão da Secretaria com relação à expansão de atividade desse local.

O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO – Presidente, não, acho que não prejudica. Só precisamos aperfeiçoar o artigo. Em vez de citarmos o Quadro 5, descrevemos os usos incentivados. Fazemos esta mudança, aqui, e, se não houver nenhum problema do ponto de vista operacional na Secretaria da Fazenda – é por isso que eu citei o Secretário Arellano –, eu acho que, por mim, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok. Obrigado, Secretário Cesar. Mais uma vez, muito obrigado. O Sr. Cury está presente?

O SR. JOÃO CURY NETO – Estou, sim, Presidente. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Presidente, o Secretário Cesar falou, agora, da importância de um novo rito na avaliação dos casos que dependem de Conpresp, o que nos deixa muito tranquilos. Quando se falou em decreto, queríamos saber exatamente o teor desse decreto e, na verdade, é criar um rito especialíssimo para as condições do *retrofit*, o que nos deixa muito felizes e tranquilos. Então, eu gostaria de uma fala rápida de V.Exa. sobre esse assunto, uma vez que perguntamos ao Secretário de Cultura e disse que esse assunto é com V.Exa. Tem a palavra, Presidente.

O SR. JOÃO CURY NETO – Bom dia, Presidente, Vereador Paulo Frange, querido amigo. Em seu nome, quero cumprimentar todos os Vereadores e Vereadoras presentes, bem como os Secretários, os colegas de trabalho e a população em geral. Cumprimento-os por mais esta audiência pública e desculpo-me, Presidente. Estava atendendo na Secretaria de Relações Institucionais e Federativas. Hoje, estive presente na Prefeitura o Prefeito de Ouricuri, Pernambuco, que precisou de um apoio da Prefeitura. Hoje, cedo, estávamos atendendo ao Prefeito e é por isso que eu entrei um pouco mais tardiamente na audiência pública. Então, peço desculpas aos senhores.

Acho que o Conpresp, assim como o DPH, o Departamento do Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo, tem uma atribuição importante a partir das medidas que estão sendo discutidas e adotadas. Temos feito uma discussão muito grande junto à Secretaria da Cultura, para uniformizar os entendimentos, para institucionalizar os entendimentos e despersonalizá-los. Muitas vezes, percebemos que temos entendimentos diferentes dentro do mesmo órgão, dependendo das pessoas que analisam os processos.

Então, nós estamos em um trabalho muito grande com a Maria Emília, que assumiu o DPH, agora, recentemente, e com o Secretário Alê Youssef, para tentarmos uniformizar os entendimentos daquelas situações que são idênticas e isso daria uma celeridade muito maior,

tendo em vista que um dos anseios da sociedade de São Paulo é que esses órgãos de análise e de deliberação, como é o Conselho, como é o Conpresp, possam deliberar rapidamente. Nós estamos muito empenhados em reduzir o tempo de atendimento e de resposta para a população, para os interessados, para os empreendedores, para os investidores, para os que querem investir na cidade de São Paulo.

Essa proposta que vocês estão discutindo exige de nós uma atenção redobrada, porque não dá para se fazer todo esse tipo de investimento de tempo e de inteligência e continuarmos tendo gargalos, como nós temos, ainda, na deliberação desses empreendimentos, quando eles são afetos ao patrimônio histórico, arquitetônico e ambiental da cidade de São Paulo. Então, podem ter certeza de que nós estamos nos dedicando a isso, para que possamos responder a vocês e à sociedade o mais rápido possível, neste entendimento que está sendo construído aqui, que visa a requalificar o Centro da cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Sr. João Cury. Imagino, Secretários Cesar e João Cury, que esse decreto, em um rito sumário, deve ser o mesmo que vai se replicar nas antenas, nos casos de ERB, nas regiões de tombamento. Com certeza, é alguma coisa muito parecida. É isso, Secretário Cesar?

O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO – O raciocínio é o mesmo, Presidente: implementarmos uma sistemática diferente de licenciamento, autorização e emissão de licença, não só para as antenas, não só para o *retrofit*, mas para todo o processo de licenciamento da cidade, com o intuito de conseguirmos ganhar celeridade e eficiência nessa análise.

Eu vou dar um dado para vocês. Eu não falei antes, para não confundirmos os assuntos, mas, em 2017, Presidente, antes de imprimirmos essa nova sistemática, o tempo médio para análise e emissão de um alvará na cidade de São Paulo era de 532 dias – ou seja, quase dois anos para que saísse um alvará. Com essa sistemática de análise simplificada, de celeridade, de desburocratização, que a todos têm ajudado e que já era uma iniciativa iniciada

e só complementamos, passamos, já, para 170 dias. Baixamos quase 150 dias do que era. A ideia é continuarmos trazendo essa inteligência, essa desburocratização. Passa por novos fluxos, como o da antena e o do *retrofit*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Secretário Cesar. Nós temos três inscritos da sociedade para encerrar os nossos trabalhos. Há mais alguma pergunta, neste momento, ou vamos ouvir os inscritos? (Pausa) Vamos ouvir os inscritos. Vamos passar a palavra ao Sr. João Moreirão, do Conselho Participativo, que tem dois minutos.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Obrigado, Presidente. Dou meus parabéns. É uma satisfação ficar vendo os senhores trabalhando. Cumprimento os Secretários. Há até um ex-Subprefeito da minha região, que eu vi, além do Secretário. Quero cumprimentá-los, mas eu estou satisfeito com as perguntas que os senhores fizeram. Já responderam às dúvidas que eu tinha. Então, eu não tenho nenhuma pergunta. Apenas parabenizo os Srs. Vereadores, as Sras. Vereadoras e os Srs. Secretários, pelo trabalho que estão fazendo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Sr. Moreirão. Sr. Fabio Redondo, participante da Associação Pró Centro?

O SR. FABIO REDONDO – Bom dia a todos. Como foi comentado na última audiência, com a brilhante explanação do Vitor, existem algumas opções de não residenciais que ocupam, também, a região e melhoram a ocupação durante a noite, como *colivings*, *coworkings*, hotéis e outros estabelecimentos que funcionam 24 horas. Infelizmente, eles não vão ser contemplados de forma nenhuma.

A única sugestão é que poderia haver uma progressão, mesmo que mínima, ou nenhum tipo de benefício, mas que, pelo menos, pudessem usar a mesma velocidade e facilidade de não ter outorga para conseguir a aprovação. Há muitos prédios hoje já ocupados que não conseguem toda a aprovação exatamente porque têm áreas que foram designadas para se fazer a escada de segurança, a caixa d'água ou outras áreas, para adaptar o edifício. Não conseguem aprovação porque não vão ser contemplados por essa lei. Então, é só uma

sugestão, para que, pelo menos, ajudassem esses outros prédios não residenciais a se regularizar, porque ainda vão continuar muitos prédios sem condição de regularização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado pela fala. Sr. Fabio Redondo, tem total razão quando questiona, mas isso está contemplado no PIU Centro e, já que nós temos os Secretários ouvindo, bem como 45 pessoas da sociedade nos assistindo, agora, na audiência pública, nós ouvimos várias falas e diz-se que o PIU Centro vai ser judicializado. É judicializado quando ultrapassamos o estoque que existe na região. O PIU Centro foi feito de tal forma que esse questionamento não aconteça. Ou seja, do estoque que tem esse perímetro foram descontados os projetos que já estão aprovados, os projetos do PIU Centro, e é líquido.

Portanto, nós não estamos criando nenhum impacto novo, para que se possa pedir um EIA/Rima para essa região. É por isso que ela é grande e até tímida. Poderia, até ser muito maior, se quiséssemos, mas, para não haver judicialização, foi feito com todo esse cuidado. Eu não vejo razão nenhuma para que a Câmara tenha medo da judicialização. Pode até acontecer, porque é natural que aconteça, mas não há discussão que seja desfavorável quanto ao mérito. Ou seja, nós estamos absolutamente seguros com relação ao PIU Centro.

Então, é apenas para uma manifestação, porque houve muitos questionamentos com relação a isso e aqui nós não estamos tratando de uma intervenção que ultrapasse limites. Se ultrapassasse, teria sido pedido EIA/Rima e já estaria em condução.

O último inscrito é o Sr. Icaro Gomes dos Reis.

O SR. ICARO GOMES DOS REIS – Boa tarde, senhores e senhoras, Excelências Parlamentares e Secretários, demais pessoas que estão acompanhando a audiência. Minha fala é uma tentativa de contribuir para o debate, não no mérito do projeto, e sim no sentido de como ele vem tramitando.

Eu vou embasar a minha fala a partir do estudo feito pela Bianca Tavorali, do Núcleo de Questões Urbanísticas do Insper, que constatou, por meio de uma nota técnica, que o projeto vem tendo muito pouca participação social e também tem sido pouco analisado pelos órgãos técnicos colegiados. Isso tanto por parte do Poder Executivo, que encaminhou o projeto

para a Casa Legislativa sem consultar o Conselho Municipal de Política Urbana e a Câmara técnica de legislação urbanística, procedimento que estava previsto no Plano Diretor artigos 329 e 330 e, com relação à Câmara Legislativa, destaco também a ausência de pouco debate. Na verdade, a primeira audiência foi realizada num sábado após o feriado de sexta-feira. Acho que isso atrapalha a participação popular. Também o horário que estava previsto para ser das 10h até 13h, e, de fato, a audiência ocorreu das 13h às 15h, fora do horário inicialmente proposto, bem como a diminuição do intervalo entre uma audiência e outra que ocorreu e as votações que ocorreram durante o período da madrugada, fato que atrapalha a transparência e a participação popular.

Tento contribuir fazendo um apelo aos senhores para que o processo participativo seja mais efetivo com a população. Afinal, as cidades são feitas pelas pessoas e para as pessoas, então acho que elas devem ser mais consultadas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Okay. Lembrando apenas que, seguindo o Regimento Interno, foi aprovada – e o plenário é soberano – a redução de interstício para cinco dias de audiência pública desse projeto de primeira para segunda.

Lembro, também, que nós temos o triângulo histórico que foi aprovado nesta Câmara. Está em fase de regulamentação e será outro incentivo para essa região central.

Indago aos Srs. Secretários se querem fazer mais alguma manifestação. Se não, passo a palavra ao Secretário César Azevedo.

Antes, tem a Bianca Tavolari, que está inscrita mas não está visível no nosso cadastro. Vou chamar a Bianca Tavolari. (Pausa) Não está presente.

Secretário César, para as considerações finais, volto a palavra para que possa encerrar os trabalhos desta audiência pública.

O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO – Obrigado, Presidente e Vereador Paulo Frange. Primeiro, quero dizer do sentimento de alegria, satisfação e dever cumprido porque ao término deste momento que tivemos nesta audiência pública vimos que não são

tantos pontos que ainda estão sendo discutidos e questionados, até porque vemos que houve muito avanço, construído com os Vereadores e com a sociedade civil nas oportunidades que tivemos de audiência pública e de reuniões. Fico contente.

Só para complementar o que foi falado pelos participantes, o Fábio acabou dizendo sobre o incentivo de outros tipos de uso não só o residencial. Nós temos no Triângulo Histórico, no centro antigo incentivo, aprovados pela Câmara Municipal, incentivos tributários para economia criativa. Esse é um segmento. Então, isso já acontece na região central.

O que estamos trabalhando aqui é o retrofit e os incentivos tributários para o residencial – Presidente, como já colocou, tiramos o institucional desses incentivos e deixamos só com o residencial -, dizendo para o Fábio que o estímulo é a produção de habitação na região central.

Os outros incentivos procedimentais, a celeridade na análise dos processos, não são só para os residenciais, mas para todos os projetos de retrofit, não residencial e residencial, que passarão por essa análise simplificada e desburocratizada que a Secretaria está propondo e que estão fazendo parte desse projeto.

O que estamos tratando é de incentivo fiscal para habitação para combater o déficit habitacional com a Secretaria de Habitação propor moradia popular, e podemos adensar a região central de São Paulo.

Outros usos e outros projetos de requalificação passarão por análise simplificada, por celeridade, pela fase declaratória. Só não vão ter os incentivos tributários e fiscais.

E, endossando o que o Vereador Paulo Frange falou, que é um professor nessa matéria de política urbana na cidade, o que o setor central tem, justamente, um estoque de Cepac limitado. Temos o entendimento técnico de que não há necessidade do EIA-RIMA justamente pela limitação dos Cepacs nesse perímetro do setor central.

Não tem assunto de política urbana mais discutido na cidade do que a requalificação do centro, a necessidade de recuperação do centro e do retrofit. Pelo histórico, um dos primeiros incentivos registrados pela Prefeitura, visando o retrofit e a requalificação do

centro foi pelo Prefeito Pitta, entre 1996 e 2000, ou seja, há décadas a Prefeitura de São Paulo, a Câmara Municipal e a sociedade civil têm tentado e feito propostas de incentivos a retrofit e a requalificação do centro.

Essa fase que estamos passando de audiências públicas com a Câmara Municipal, lembrando sempre que esse projeto de retrofit que propusemos não mexe nos parâmetros urbanísticos da cidade de São Paulo nesse perímetro que nós desenhamos e vamos expandir agora para a região, para o perímetro da operação urbana, ou seja, estamos seguindo rigorosamente o que diz a lei, o que diz a legislação. Fizemos uma proposta, encaminhamos ao Legislativo, o qual está fazendo as suas contribuições. Estamos participando de audiências públicas. Existe um calendário que nós temos que ajustar Executivo, Legislativo e sociedade civil.

Sábado passado, por mais que houve a crítica de termos realizado uma audiência pública no meio de um feriado, foi uma audiência pública que levou seis horas com muitos dos Vereadores que estão aqui e Secretários participaram da audiência pública. Então, eu sinto que a sociedade tem contribuído muito.

Alguns dos pontos que foram aperfeiçoados neste projeto de lei foram sugestões e críticas feitas pela sociedade civil. Então, não vejo prejuízo nenhum do processo participativo desse projeto, sobretudo porque ele demanda um sentimento de urgência, como eu coloquei, um é a recuperação do centro e hoje o agravamento que a pandemia trouxe.

Então, Presidente, estou muito realizado e quero parabenizá-lo mais uma vez por esta audiência pública; quero agradecer a participação dos meus amigos e colegas, Secretários e Secretárias, que contribuíram e me ajudaram e têm participado do processo de todo esse projeto; agradecer, também, a todos os Vereadores e Vereadoras que diariamente têm feito contribuições, críticas, todas respondidas e sistematizadas, muitas estão sendo grafadas neste projeto de lei e tantos outros que temos feito em parceria; agradecer à sociedade de maneira geral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Secretário César Azevedo. Quero agradecer a todos os Srs. Secretários, Secretárias e Adjuntos, aqueles que participaram conosco hoje, Srs. Vereadores e Vereadoras.

Nada mais havendo a tratar quanto ao PL 447/2021, do Executivo, dou por encerrada esta audiência pública conjunta entre a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e Comissão de Finanças e Orçamento.

Tenham todos uma boa tarde.

Vamos passar ao PL 445/2021, do Executivo, que altera a Lei 17.254, de 26 de dezembro de 2019, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito interno ou externo para financiar execução dos projetos de investimento no Município de São Paulo.

O Presidente desta audiência pública é o Vereador Jair Tatto.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sr. Presidente, os Secretários que não compreendem esta audiência pública podem se retirar para seus afazeres.

Foram convidados para esta audiência pública o Secretário Luis Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda em exercício; o representante do Tribunal de Contas do Município, representado pelo Thulyo.

Eu já começo, com a habilidade de V.Exa., fazendo dois questionamentos ao Secretário – agradecendo a sua presença – porque se trata de uma operação de crédito e ficou uma dúvida na última audiência pública que rapidamente vou colocar aqui: o Secretário Guilherme Bueno, representado por Luis Felipe, argumenta que a operação de 8 bilhões será para executar o programa de metas. No entanto, o projeto de lei prioriza que esses recursos sejam direcionados para a conclusão de obras paradas até 31 de dezembro de 2020. Pergunto quais obras paradas serão concluídas? Quais obras paradas estão previstas no programa de metas?

Outro ponto: quais metas apresentadas pelo Secretário da Fazenda serão alvos da operação de crédito? Por exemplo, o programa de metas possui a previsão da aplicação de

720 milhões com CEUs, equipamentos da Educação, mas não há previsão no projeto de lei de destinação de recursos para a Educação. A planilha apresentada pelo Secretário da Fazenda é de 20 bilhões, mas a operação de crédito é de 8 bilhões. Precisamos ser mais precisos. Não é possível a Câmara Municipal aprovar 8 bilhões de operação de crédito de forma genérica.

Terceiro item: a Câmara Municipal já aprovou o Executivo a contrair operações de crédito que totalizam o valor de 5,9 bilhões. No entanto, entraram nos cofres públicos municipais 994 milhões, Secretário, por operação de crédito. Qual o motivo da autorização de novas operações de crédito se o Governo não consegue contratar as operações de crédito que já foram autorizadas.

O item quatro: não seria o momento de a Prefeitura executar os recursos em caixa? As operações de crédito já aprovadas pela Câmara Municipal de São Paulo? Não seria mais prudente executar os recursos disponíveis para depois contrair novas operações de crédito, uma vez que a Prefeitura possui 22 bilhões em caixa e com juros dessa nova operações seriam 3 bilhões?

Objetivamente, Secretário, foi pedido na última audiência pública que tivesse um detalhamento de onde serão as obras, algo nesse sentido, de onde será colocado todo esse dinheiro. E eu quero – não sei – já abri para os Vereadores presentes, são vários Vereadores, Aurélio Nomura, enfim, Srs. Vereadores, alguma pergunta?

O SR. PAULO FRANGE – Pela ordem, Presidente Jair Tatto.

Sr. Presidente, muito bem formuladas as perguntas. Na última audiência pública, por um problema nosso de comunicação, não tivemos a oportunidade de ouvir o Secretário de Esportes Tiago.

E ficou uma dúvida que não pude levar adiante que é seguinte: a Secretaria de Esportes foi contemplada apenas com recursos de custeio num plano de metas desse que está descrito quanto aos investimentos até 2024. A pergunta que faço ao Secretário de Esportes e, também, ao Secretário Finanças é: uma Secretaria que tem tantos equipamentos na cidade inteira como é que vai investir para fazer não só novos equipamentos – não construção de

novos, não estamos nem pensando nisso, mas uma piscina num clube, uma quadra em outro, reformar um ginásio, ampliar um ginásio -, nós sabemos da importância do retorno da pandemia e o quanto nós temos que emagrecer a população, porque, com raríssimas exceções, todos engordaram e vão ser usuários desses equipamentos públicos.

Então, eu acho que ficou faltando nesse projeto – que foi muito bem redigido – um investimento da Secretaria de Esportes. Não tem. Só tem custeio.

Então, primeiro, ao Secretário de Finanças se é isso mesmo; segundo, ao Secretário de Esportes: não vai fazer investimento? A Secretaria de Esportes, historicamente, Secretário Tiago, vive e sobrevive de emendas de Vereadores, o que é muito pouco. O que acontece? Os equipamentos ficam defasados da realidade. Quando vemos um equipamento público e um privado próximos, nós ficamos assustados; quando vemos um CEU da Educação e uma escola privada, nós não temos nenhuma inveja da escola privada. Pelo contrário, nossos equipamentos públicos de Educação são até melhores do que a grande parte das escolas privadas que estão na cidade.

Então indago ao Sr. Secretário de Finanças se isso pode ser corrigido agora. E ao Secretário de Esportes se vislumbrou a possibilidade de codificar o que representa investimento até 2024 na Secretaria.

É só, Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Inverti a ordem para agilizar, não passei primeiramente a palavra, já fui direto às perguntas, o que acho pertinente.

O Vereador Palumbo presente também, acho que ainda não foi citado. Pergunto se os Vereadores querem se manifestar.

Tem a palavra o Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Só para parabenizar o Vereador Paulo Frange e V.Exa. pelos trabalhos, vou abrir mão da minha fala.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador André Santos, com a palavra.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Vou abrir mão da minha fala para que se consiga acelerar um pouco mais a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado pela compreensão. Vereadora Janaína Lima.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Obrigada, Presidente, fico muito feliz de ver V.Exa. conduzindo esta segunda audiência pública e por ter assistido a audiência pública conduzida pelo querido Vereador Paulo Frange. Gostaria de fazer alguns questionamentos, mas antes gostaria de ouvir a explanação dos Secretários e ver se há algum elemento novo, para que aí possamos dialogar, ver se realmente haverá necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok, Vereadora, está compreendido. Vamos então fazer uma reversão, mas vamos seguindo, há mais algum Vereador ou Vereadora que queira se pronunciar.

A SRA. ELY TERUEL – Também abro mão da pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereadora Ely. Então vamos nessa sugestão da Vereadora Janaína Lima, ouvir o Secretário Luis Felipe Vidal Arellano, para quem já há alguns questionamentos, e logo em seguida o Sr. Marcos Thulyo, que representa o Tribunal de Contas do Município. E V.Exa., Vereadora Janaína Lima, em seguida fará uso da palavra.

Secretário, muito obrigado pela presença, tem a palavra.

O SR. LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO – Bom dia, Presidente, muito obrigado pela introdução; bom dia, colegas Vereadores; técnicos da Câmara; colegas do Tribunal de Contas; cidadãos e cidadãs que acompanham esta audiência pública por meio da internet, uma satisfação estar mais uma vez aqui com os senhores contribuindo com esse debate e podendo esclarecer alguns pontos desse que consideramos um importante projeto para a cidade de São Paulo, que autoriza a realização de operações de crédito por parte do Município.

Primeiramente, é importante dizer que esse projeto se insere dentro de uma estratégia fiscal mais ampla por parte do Município de São Paulo, que vem sendo

complementada já há vários anos e que teve um movimento importante quando da redução do endividamento da cidade de São Paulo, devido a negociação da dívida do Município com a União. Aquele momento foi o divisor de águas em termos de reposicionamento da capacidade fiscal do Município de São Paulo, momento em que o endividamento da Cidade cedeu com uma redução expressiva de uma única vez. E de lá para cá o Município vem conseguindo todo o ano, simplesmente com o cumprimento do cronograma normal de pagamentos dos seus contratos, reduzir o seu endividamento em termos brutos e relativos de modo expressivo ano a ano.

Essa é uma característica bastante positiva e que pode ser vista como algo relativamente permanente, porque é uma tendência contínua desde a negociação da dívida com o Município, mas é também uma oportunidade que, na visão da Secretaria da Fazenda, deve ser aproveitada por parte da Prefeitura de São Paulo. Por quê? Porque o endividamento público se por um lado pode ter uma conotação relativamente negativa e estamos acostumados com essa conotação negativa na medida em que pode importar um ônus futuro, por outro lado também é uma oportunidade de distribuir o tempo de maneira mais equilibrada para os ônus dos investimentos públicos, sobretudo, aqueles investimentos que têm um prazo de amadurecimento mais longo, porque a alternativa que haveria ao investimento público seria financiar no momento presente 100% da infraestrutura que se deseja realizar com o pagamento de tributos. O que naturalmente oneraria de forma demasiada uma única geração de cidadãos com a produção de uma infraestrutura que vai ser usufruída por gerações futuras.

Então, de uma maneira a equilibrar melhor os custos de financiamento com os benefícios gerados pela infraestrutura gerada é que entra o endividamento público como instrumento financeiro extremamente relevante e que deve ser aproveitado pelas instituições públicas. Essa é a visão da Secretaria da Fazenda e buscamos sempre uma proposição de novas autorizações para operação de crédito, assegurar que aqueles limites que estão sendo propostos sejam limites compatíveis com a responsabilidade fiscal, sejam compatíveis com a sustentabilidade das finanças públicas não apenas no curto prazo, mas em especial no médio

e no longo prazo.

Então, feitas as verificações técnicas aqui na Secretaria da Fazenda, verifica-se que a autorização a ser concedida neste projeto não compromete de maneira alguma a sustentabilidade das finanças do Município. Pelo contrário, contribui para que consigamos estimular a melhorar a qualidade de vida, por meio desses investimentos, da população de São Paulo. E, inclusive, estimular a atividade econômica do Município e conseqüentemente até aumentar futuramente a atividade econômica na Cidade gerando benefícios, inclusive, em termos de arrecadação por parte da Prefeitura.

Uma das questões que se coloca e acho que de maneira bastante pertinente com relação à autorização, se refere ao fato de que o Município já tem algumas autorizações vigentes e ainda não contratou o montante suficiente para esgotar as autorizações anteriores. Isso não se dá obviamente por falta de vontade do Poder Executivo em realizar essas operações. Entretanto, como sabem, desde a Lei de Responsabilidade Fiscal, o processo de contratação de operações de crédito tem inúmeras fases e inúmeros agentes que intervêm nesse processo. E é um processo moroso infelizmente, ou felizmente alguns diriam.

E além disso, para reduzir os custos de financiamento por parte da Prefeitura de São Paulo, o Município tem insistido com todas as suas contratações na obtenção de garantias por parte da União para a dívida do Município, algo que é bastante benéfico do ponto de vista financeiro porque as taxas de juros dos financiamentos são bastante reduzidas quando o Município conta com a garantia da União. E infelizmente temos experimentado alguma dificuldade na tramitação com a Secretaria do Tesouro Nacional e a União nesses nossos pedidos. Não entendemos que sejam dificuldades motivadas por qualquer outro motivo senão o fato de que o processo tem de fato muitas fases, muitos intervenientes e documentos que com frequência perdem a validade antes de que a outra parte tenha a oportunidade de analisá-los. Inclusive, o nosso colega do Tribunal de Contas pode confirmar isso porque frequentemente solicitamos certidões para o Tribunal de Contas que simplesmente venceram de um mês para o outro, para poder renovar nosso pedido de análise na Secretaria do Tesouro Nacional, para

que possam dar o ok para prosseguimento com a contratação da operação de crédito.

O município, nas operações realizadas, tem conseguido obter resultados muito positivos, as nossas chamadas públicas têm sido bastante competitivas, temos tido a participação de várias instituições nas nossas chamadas. Inclusive, o Município de São Paulo foi um dos entes que inauguraram esse procedimento competitivo na contratação de operações de crédito. A maior parte dos entes normalmente fazia simplesmente um convite a uma instituição financeira, de maneira que não se assegurava que aquela contratação seria a mais vantajosa do ponto de vista econômico-financeiro.

Nosso rito foi criado para garantir que todas as variáveis de interesse fossem levadas em consideração e permitir aos diferentes *players* do mercado apresentarem propostas que fossem analisadas pela Prefeitura. E temos tido resultados muito bons nas contratações e temos já algumas operações rodando, inclusive, operações internacionais, cujo processo é ainda mais difícil de contratação por envolver autorização por parte do Senado Federal.

Então essa é uma questão. A autorização seria justamente para evitar que tenhamos um ponto a mais de atraso nesse processo, porque o processo de contratação de uma operação de crédito já é em si complexo. E a autorização legislativa é uma dessas fases e é justamente uma das fases mais determinantes, inclusive, para demonstrar para os eventuais interessados em emprestar recursos para a Prefeitura de que o nosso pedido de propostas é sério, porque se vamos até o mercado e se verifica que sequer temos a autorização por parte do Poder Legislativo representando toda a sociedade paulistana, do outro lado o que transmitimos para os eventuais emprestadores é que a nossa promessa eventualmente seja vazia e que não há de verdade o interesse em captar aqueles recursos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Isso justifica, Secretário, me permita, a última operação de crédito de 5,8 bilhões, V.Exa. já está explicando exatamente essa dificuldade. É isso?

O SR. LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO – Exatamente, Presidente. Temos o objetivo de acelerar isso, mas nem sempre depende só de nós.

Outra questão colocada, também extremamente relevante, diz respeito ao grau de detalhamento da aplicação dos recursos no projeto, porque o Poder Executivo não descreve de modo mais detalhado os projetos que pretendem ser financiados com as operações de crédito. O que eu diria é o seguinte, este projeto obviamente não é o único instrumento jurídico, muito menos o único instrumento legal que condiciona a aplicação dos recursos de operação de crédito no Município de São Paulo. Ele é uma autorização que buscamos, é verdade, de forma um pouco mais genérica de maneira a permitir uma certa flexibilidade na implementação dessa autorização. Contudo, a própria Câmara tem a oportunidade de se manifestar sobre a aplicação concreta desses recursos por meio da aprovação de outros projetos de lei que são obrigatórios por parte do Município para que possa aplicar esse recurso. E falo especificamente da Lei Orçamentária, do Plano de Metas e do Plano Plurianual.

Por quê? Porque exige a Lei de Responsabilidade Fiscal que a contratação de uma operação de crédito seja precedida da previsão no orçamento municipal dos recursos oriundos daquela operação e conseqüentemente da aplicação daquele recurso. De maneira que se tivermos uma autorização ampla, suponhamos, como propomos no projeto de lei para investimentos em mobilidade urbana, ainda será necessário no momento posterior encaminhar o projeto de Lei Orçamentária para a Câmara prevendo os recursos de operação de crédito que financiarão projetos específicos na área de mobilidade urbana. E, nesta ocasião, a Câmara terá a oportunidade de dizer: “Não, esses projetos não devem ser financiados com essa fonte de recursos”. Ou: “Devem ser financiados mais projetos”, e elencar quais projetos devem ser financiados com as Operações de Crédito. Nós entendemos que, se o próprio projeto que autoriza a realização de crédito entrasse nesse nível de detalhamento que se espera que seja feito pela Lei Orçamentária, poderíamos correr o risco de ter que ficar acrescentando, criando adendos a esse projeto de autorização, conforme, de repente, a mudança que significaria necessária em qualquer projeto para melhor especificá-lo ou melhor atendimento do interesse público no caso concreto.

Então, é verdade, trata-se de uma autorização um pouco mais aberta, como já foi

aprovada em outra oportunidade nesta Casa. Nós estamos falando de um projeto que simplesmente acrescenta algumas áreas como possíveis beneficiárias dos recursos e amplia o limite para contratação, mas não um projeto que seja completamente inovador nesse sentido, que depois vá ser complementado ou necessariamente precise ser complementado com os demais instrumentos de planejamento orçamentário do Município, que são o Plano de Metas, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e, naturalmente, o instrumento por excelência, que é a Lei Orçamentária Anual.

Eu tenho plena convicção de que esse controle, que é importantíssimo por parte da sociedade, poderá ser realizado nessa oportunidade, e não existe a menor chance de uma operação de crédito ser contratada por parte do Município de São Paulo para financiamento de qualquer projeto que não esteja alinhado às prioridades da Cidade e feito esse controle por todas as instituições pertinentes, sobretudo o controle social, a cargo da Câmara de Vereadores com o auxílio do Tribunal de Contas.

Eu acho que, de alguma forma, eu respondi aos principais questionamentos e eu fico à disposição para esclarecimentos adicionais, deixando à vontade os Secretários das áreas fins que, eventualmente, seriam beneficiadas pelas contratações. Caso queiram, poderão fazer, em suas falas, alguma complementação com relação a questionamentos específicos de potencial de aplicação dos recursos em suas áreas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretário.

Anuncio a presença dos Vereadores Milton Ferreira, Felipe Becari e Marcelo Messias.

Passo a palavra para o Thulyo, Auditor Fiscal do TCM.

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES – Bom dia a todos. Primeiramente gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente e todos os Srs. Vereadores, os colegas da Secretaria da Fazenda e os munícipes que acompanham esta audiência pública referente ao Projeto de Lei 445/2021, que trata da autorização de Operações de Crédito.

Com relação especificamente aos limites estabelecidos pela Lei de

Responsabilidade Fiscal e pelas resoluções do Senado Federal, se houver interesse, eu posso detalhar, inclusive com números, esses limites do último acompanhamento que o Tribunal fez referente ao primeiro quadrimestre deste ano, mas, com relação a eles, há bastante folga, há espaço para realização de mais Operações de Crédito por parte do Município de São Paulo.

Especificamente sobre o PL 445/2021 e como o Presidente mencionou, as informações estão genéricas. Não encontrei informações sobre o que será feito com os 5,5 bilhões das Operações de Crédito internamente e com os 500 milhões de dólares de operações externas; encontramos apenas designação genérica, financiamentos diversos ou financiamentos adicionais. Mas, como explanado pela Secretaria da Fazenda, esse detalhamento será feito em outros projetos de lei, em outros instrumentos na Lei Orçamentária Anual, pois deve haver esse detalhamento de como serão gastos esses recursos e a fonte de custeio das Operações de Crédito.

—————
Gostaria também de chamar atenção para as Operações de Crédito externas. Quando o Município de São Paulo, que arrecada em reais, possui receitas em reais e ativos em reais, faz uma Operação de Crédito em dólar, tomando uma dívida em dólar, ocorre um descasamento entre os ativos e passivos do Município, que não tem por prática realizar essa operação de proteção cambial. Por isso, o Município acaba ficando exposto a uma variação do câmbio, mas nós verificamos as taxas de juros e elas parecem boas, dado o risco de crédito do Município e levando em consideração as garantias da União, além da questão da competição. Eu acho que tudo isso é muito bom, apesar dessa questão do descasamento quando é feita a Operação de Crédito externa.

Sobre o PL 447/2021, cuja audiência ocorreu anteriormente a esta, eu não tive a oportunidade de falar, mas eu fiquei em dúvida se houve um Estudo de Impacto Econômico e Financeiro em relação às medidas que foram nele propostas. Eu olhei rapidamente e não encontrei e, portanto, não sei se houve.

Foram essas as minhas considerações iniciais do Tribunal, Sr. Presidente.

Muito obrigado e permanecemos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu acho também que o Secretário pode nos responder depois sobre o tema anterior.

O SR. PAULO FRANGE – Sr. Presidente, complementando a fala do representante do Tribunal de Contas, com relação à manifestação do Tribunal, não fica muito claro para mim o que nós temos de informações sobre empréstimos internacionais. As taxas são melhores para o Município e o período de carência é muito melhor, pois, muitas vezes, nós não pagamos nada aguardando por um período. São empréstimos geralmente vantajosos quando o Município busca empréstimo no exterior, a exemplo do caso do BID e de tantos outros.

Como nós estamos aqui há tantos mandatos e já vimos outros empréstimos, indago se essa composição da dívida entre recurso financeiro captado internamente e no exterior pode ser prejudicial, porque, apesar de essa variação cambial oscilar muito, o que é natural do mercado, ela não chega a impactar os empréstimos de longo prazo, porque passamos a pagar com o dólar muito baixo e, algumas vezes, com o dólar mais alto, mas, pelo fato de ser longa, acaba sendo viável, e o que eu tenho observado é que a busca por empréstimos no exterior atualmente é maior do que a busca nos bancos do Brasil. A ganância dos bancos brasileiros parece ser maior do que a dos internacionais. Aliás, eu acho que não existe ganância maior no mundo do que a do sistema financeiro nacional brasileiro.

Eu gostaria que o Thulyo comentasse, porque eu acho que é bastante viável essa composição; é atrativa.

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES – Para complementar, então, a taxa de juros praticadas nas economias notoriamente mais desenvolvidas, como a dos Estados Unidos e a de outros países, tendem a ser mais baixas mesmo do que as taxas de juros praticadas no Brasil. Porém, o dólar tende a subir com o tempo também por causa do diferencial de inflação. Como nós temos uma inflação mais alta no Brasil comparada à dos países desenvolvidos, para manter o poder de compra real, já expurgados os efeitos da inflação, o dólar tende a subir no longo prazo e por isso é que nós vimos o câmbio subir nos últimos 10, 20 anos. Isso é natural.

O benefício que nós temos ao ter uma taxa de juros mais baixa em dólar é que geralmente ele é diluído pela alta do câmbio, mas o câmbio oscila para cima e para baixo, pois são operações de longo prazo. Há ainda outros fatores que devem ser levados em consideração, como, por exemplo, o relacionamento não só do Município, mas do Brasil com entidades externas, além da questão do impacto de políticas fiscais expansionistas de mais gastos *etc.* Mas, enfim, há uma série de questões, mas eu só pontuei a do descasamento que o Município tem de ter receitas em reais, sendo que vai ter uma dívida em dólar. Nesse sentido, haveria a possibilidade de um risco fiscal, ou como queiram chamar.

Era esse o comentário.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Passo a palavra ao Thiago Martins Milhim, Secretário Municipal de Esportes e Lazer.

O SR. THIAGO MARTINS MILHIM – Sr. Presidente, meus cumprimentos a V.Exa., ao Presidente Paulo Frange e aos demais eminentes nobres Vereadores presentes, como os Vereadores Aurélio Nomura, Marcelo Messias, Sansão Pereira, Rodrigo Goulart, Felipe Becari, também professor de Educação Física por formação, Milton Ferreira, Líder do Bloco do Podemos/Solidariedade, e Ely Teruel, na figura de quem cumprimento todas as Sras. Vereadoras presentes. Na figura do meu colega mackenzista Professor Marcos Monteiro, cumprimento também todos os colegas, o Thulyo, do Tribunal de Contas, e o Luis Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda em exercício, que tem a difícil tarefa de substituir o competente Secretário Guilherme, que merecidamente está de férias.

Em resposta à pergunta formulada pelo eminente Vereador Paulo Frange, eu quero inicialmente dizer que é uma grande conquista da cidade de São Paulo a meta 28 aprovada do Plano de Metas, que significa a implantação de seis polos regionais olímpicos na cidade de São Paulo. Nós temos o Parque das Bicicletas, de onde eu falo, onde está sediada a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. Nós temos também o Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa, que todos conhecem e de onde muitos inclusive foram atletas. A busca dessa meta defendida pelo Prefeito Bruno Covas, apoiador intransigente do esporte, e

convalidada pelo Prefeito Ricardo Nunes, também apoiador assíduo do esporte, é a criação de seis polos regionais, permitindo que todas as regiões da cidade de São Paulo, Norte, Sul, Leste, Oeste, Centro, tenham um minicentro olímpico.

De uma forma bem sintética, esse é o objetivo que promoverá a inclusão. Temos atletas que vêm de Parelheiros, de Itaquera, o que dificulta muito o acesso. Como disse na apresentação anterior o Secretário César, os atletas ficam horas, até um terço do dia no trânsito. Então, a busca desse projeto, enviado para a Câmara Municipal pelo Executivo, de uma forma sublime, é promover a inclusão, a aproximação de um equipamento de alto rendimento para as comunidades, usando-se os centros esportivos já existentes.

Assim, grosso modo, o objetivo é este: permitir que as regiões periféricas da Cidade possam ter um núcleo, um centro esportivo de alto rendimento. E a busca sequencial é que existam competições entre centros esportivos de regiões e que, ao final, como peneira terminativa, todos os melhores atletas captados, prospectados em todas as regiões de São Paulo concluam sua atividade esportiva de alto rendimento aqui, no Centro Olímpico.

Somente para reforçar a ideia dessa importante meta, que orgulha muito a Casa: estamos participando desta audiência pública que discute o PL 445, que traz, em seu escopo, como disse o Dr. Arellano, a implantação de equipamentos esportivos e culturais. Já foram bem explicitadas as restrições financeiras e fiscais; e, de fato, no nosso Plano de Metas, o apoio é para exclusivo para custeio. Talvez o ambiente e a intenção, quando da citação da Secretaria de Esportes, tenha sido também permitir que esse crédito haja condições de investimento. A busca, Vereador Paulo Frange, em resposta a V.Exa., é de realização de equipamentos novos, como piscinas com aquecimento próprio. Hoje as piscinas necessitam de maior apoio aporte nesse sentido, e tem havido apoio da Prefeitura. É razoável, assim, a discussão por parte da Comissão sobre os investimentos no esporte. Relembro que já existe estudo da Organização Mundial da Saúde – como V.Exa. cita com máxima propriedade, por ser médico reconhecido – que aponta que a cada 1 real gasto em esporte economizam-se 3 reais em saúde. Então, o esporte é investimento sustentável e inteligente para o Município.

Enviamos, à época, para a Secretaria da Fazenda, uma proposta referente à Meta 28, incluindo os gastos de custeio e os gastos de investimento. Foram aprovados os gastos de custeio; aos gastos de investimento, *prima facie*, naquela oportunidade, não foi dado continuidade, mas presumo que talvez seja feito no detalhamento desse PL. Mantenho-me à disposição de V.Exa. e do Secretário Arellano para qualquer informação complementar. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretário Thiago. Agradeço também ao Thiago Quintano, nosso tradutor de Libras. Passo a palavra agora à nobre Vereador Janaína Lima, que havia pedido a palavra. (Pausa) S.Exa. está presente, mas onde está? (Pausa) Consta-me que não há outros oradores inscritos.

O SR. PAULO FRANGE – Presidente, eu só queria aproveitar a fala final do Secretário de Finanças para que ele pudesse me esclarecer isso que acabou de ser colocado. Numa determinada Secretaria em que os recursos estão alocados em custeio e em que precisamos de recursos para investimento, logicamente que o Tesouro deve complementar isso. Ou será detalhado isso em outro processo, em outro momento? Se o Secretário de Finanças puder nos responder isso, dou por encerrada minha fala, Sr. Presidente. Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu também perguntei ao Secretário se havia um detalhamento de obras. Como disse o Thulyo, está de forma genérica.

Secretário Luís Felipe, a Vereadora Janaína não se apresentou, então passo a palavra ao senhor para as considerações.

O SR. LUÍS FELIPE VIDAL ARELLANO – Obrigado, Presidente. Eu vou, nessas minhas considerações finais, me ater a agradecer a oportunidade e a responder a três questões que foram colocadas ao final, pelo que pude acompanhar e anotar.

A primeira questão diz respeito a uma importante consideração, já respondida até por outros colegas do Tribunal de Contas, referente ao risco cambial de uma eventual operação externa. É verdade. Sempre vai haver risco cambial em uma operação externa. Claro

que se poderia fazer no *hedge*, mas o *hedge* tem também tem seus custos e acaba eventualmente neutralizando qualquer benefício que você teria com a contratação de taxas de juros mais baixas. Por isso, temos sido relativamente contidos nas operações externas e se busca essa autorização como uma forma de aproveitar oportunidades que eventualmente surjam, sobretudo em agências multilaterais, como foi o caso com o Banco Interamericano e como vem sendo o caso da negociação da operação com o Banco Mundial.

Essas taxas são de fato muito mais baixas do que as taxas comerciais; elas têm prazos de carência muito mais vantajosos e também prazos de pagamento muito mais longos do que operações convencionais, mesmo operações internas. Além disso, é importante lembrarmos que as operações internas também sofrem influência, de certo modo, de variações do dólar. Por quê? Por limitações do mercado de crédito no Brasil, a maior parte das contratações que conseguimos fazer aqui normalmente é atrelada a uma taxa de juros flutuante do tipo DI mais *spread*, ou um percentual da taxa DI. E, como os senhores sabem, quando há uma variação expressiva da taxa de câmbio, costuma haver reflexos na inflação, o que, conseqüentemente, acaba gerando um aumento da taxa de juros interna. Como o Brasil é uma economia já bastante integrada internacionalmente, sobretudo nos mercados financeiros, essa transposição da variação cambial para a taxa de juros acontece de uma maneira relativamente forte. Assim, mesmo que eu tenha contratado uma operação interna, por conta do aumento da taxa de juros para conter um eventual aumento da inflação, eu acabo, mesmo em uma operação interna, sofrendo os efeitos de uma desvalorização cambial. Então, seja operação interna, seja operação externa, esse é um ponto ao qual a Secretaria está sempre atenta que haja segurança de que os riscos cambiais, taxa de juros, quaisquer outros riscos que venhamos a assumir em uma operação de crédito estejam adequadamente gerenciados e tenhamos condições de absorvê-los caso venham a ser realizados.

Outra questão colocada diz respeito aos investimentos relativos a esportes. Se formos olhar o texto do projeto de lei que está em discussão, veremos que a aplicação prevista no setor de esportes é na implantação de equipamentos esportivos. No nosso entendimento, o

privilégio aqui se dá sobre os investimentos, e não sobre os custos da área. Ainda que no Plano de Metas encontremos principalmente iniciativas relativas ao custeio, isso não nos impede de prever, como preveremos, investimentos na área de esportes em outros instrumentos, como, por exemplo, uma Lei Orçamentária Anual para que possamos utilizar esses recursos de operação de crédito diante dos projetos que sejam apresentados. Penso que o Secretário de Esportes apresentou muito bem nesta audiência iniciativas nesse sentido, relacionadas a investimentos que poderiam se beneficiar desses recursos.

Finalmente – e se eu tiver deixado de responder a alguma questão, continuo à disposição -, foi colocada a questão relativa ao projeto anterior, que diz respeito à existência de estudo de impacto. Respondo que sim, houve a realização de um estudo de impacto por parte da Secretaria da Fazenda. Acho, inclusive, que o Secretário Guilherme, na audiência anterior, chegou a fazer menção aos resultados desse estudo. Conservadoramente, acreditamos em um impacto por de aproximadamente 250 milhões de reais, concentrado principalmente na remissão do IPTU devido por imóveis que venham a ser “retrofitados”. Digo do ponto de vista conservador porque, como os senhores sabem, a dívida de IPTU desses imóveis é uma dívida de difícil recuperação. Então, não é muito provável que o Município venha a recuperar esses recursos na sua integralidade em curto prazo. Dessa maneira, nós enxergamos isso menos como um custo da política e mais como um investimento público a ser feito na recuperação do Centro, que poderá – provavelmente, e acreditamos nisso de fato – gerar um incremento de arrecadação no longo prazo, na medida em que se dinamizam algumas outras atividades nessa região.

Então, Presidente e demais colegas, fico à disposição caso alguma questão tenha ficado pendente de esclarecimento e agradeço mais uma vez a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Secretário Luís Felipe. A Vereadora Janaína se sente contemplada.

Não sei se já foi dito, mas registro a presença da Vereadora Edir Salles, do Vereador Dr. Sidney Cruz, do Vereador George Hato e do Vereador Marcelo Messias.

Não havendo mais inscritos, considero encerrada a audiência pública do PL 445.

(Pausa) Tem a palavra o nobre Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Presidente, quero externar meus agradecimentos ao Vereador Paulo Frange pela competência na condução dos trabalhos dessas audiências públicas e também a V.Exa., Vereador Jair Tatto. Parabéns por mais um exemplo de democracia, de debate aberto visando a enriquecer os nossos projetos. Agradeço também aos Secretários que se pronunciaram e também ao Secretário Marcos Monteiro. Agradeço também, na pessoa do Sr. João Moreirão, a todos os participantes da sociedade civil pela compreensão da importância do tema e por prestigiarem a Câmara Municipal de São Paulo. Parabéns a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador Paulo Frange, foi uma honra dividir a condução dos trabalhos com V.Exa., tão conhecedor desses assuntos, um professor para todos nós. Agradeço imensamente. Se não citamos alguém, é por conta da aceleração do tempo, pois precisamos ir para a sessão plenária.

Srs. Secretários, representantes, Presidente Paulo Frange, Líder do Governo Vereador Fabio Riva e demais presentes, muito obrigado a todos e a todas.

Estão encerrados os trabalhos da presente reunião.